

Resumo: O autor, um jornalista venezuelano, curioso de sua origem possivelmente judaica, participou de um Curso sobre o Judaísmo, ou seja, sobre o Pensamento Judeu, em Caracas, Venezuela. Neste artigo, ele partilha, além dos motivos que o levaram ao Curso, as suas descobertas e impressões sobre a “complexidade do Judaísmo”. E sistematiza suas impressões em quatro pontos: 1. O pensamento judeu; 2. A evolução histórica do Judaísmo; 3. É “religião” ou “modo de ser”?; 4. Fidelidade, a quem? A seguir, pergunta e responde: “O que queria Deus? – O povo judeu”. Por fim, antes das observações conclusivas, discute a “defesa da propriedade”, em relação à Terra Prometida.

Abstract: The author is a journalist from Venezuela inquiring about his Jewish origin as he was participating in a course about Judaism and concomitantly trying to understand Jewish Thought in the milieu of Caracas, the capital of Venezuela. In this article he explains the reason for this course being offered in that country and he shows forth the tenets of Judaism and its religious doctrines and systematic. In the conclusion an inserted brief answers to the defense of the right to private property in relation to the Promised Land.

Sobre o Judaísmo

Cátedra do Pensamento Judeu

Universidade Monteàvila, Caracas, Venezuela

*Luis Moreno Gomez**

* Licenciado em Jornalismo, Universidade Central de Venezuela; Master of Science, Columbia University, New York; Diplom, Konrad-Adenauer-Stiftung, Alemanha; Candidato a Doutorado em História, Universidade Santa Maria, Caracas; Professor de Jornalismo Científico, Universidade de Zulia e Universidade Católica Andrés Bello, Caracas, Venezuela.



1 Introdução

Quando escutei, nestas conferências, frases relativas à complexidade do Judaísmo, e ao expor-me ao material que foi ministrado pelos diversos expositores, concluí que, para quem não é judeu de nascimento e não seguiu de perto esses ensinamentos, uma imensa montanha está à sua frente. Logo compreendi, ao longo das diversas aulas, que, tanto para um judeu de nascimento como para qualquer outra pessoa, o caudal de informação acerca da origem do povo nascido sob o amparo divino do seu Criador, demanda muito estudo, primeiro para entender o que não é inteiramente racional – entenda-se, a razão do homem, do ser humano – nos capítulos iniciais do livro pro excelência e, logo, para compreender e aceitar séculos de tradição, pesados e sopesados, discutidos e concluídos sem acordo mas aplicados a todos por igual.

Outro assunto que resulta claro é que o Judaísmo é labiríntico, crucigramático, exclusivo de um povo que nasceu com essa marca, cresceu e se multiplicou sob uma forma de ser que de fora se denomina “religião” mas que, de dentro, na concepção de alguns rabinos, se trata mais de um *modus operandi* humano que de uma ideologia dominante da alma, do espírito, daqui para a eternidade.

Pessoalmente, aproximei-me do judaísmo por várias razões. Uma, histórica, ao tratar de compreender o que aconteceu na Espanha que denomino “jucrislâmica” (um neologismo de minha colheita para assinalar o tempo de sete ou mais séculos de convivência entre judeus, cristãos e muçulmanos naquele território em formação denominado Sefarad por seus primeiros visitantes, expulsos da sua terra de origem), e de que maneira suas tradições e modos de ser se trasladaram para a América a partir das viagens de Colombo e as seguintes aos territórios ultramarinos dos reinos da Espanha e Portugal.

A outra, derivada de um sentimento de curiosidade familiar ao encontrar desde a primeira idade um dilema, um questionamento, frente ao ensino de uma religião – a cristã – assim como um “mistério” acerca das origens das quais ninguém quer falar e um contínuo emigrar como que fugindo sempre de um perigo à espreita.

E uma terceira visão, obrigatória, pois, ao percorrer caminhos de investigação, a gente vai-se dando conta em si mesmo de características de comportamento que parecem iniludíveis e, ainda por cima, naturais, de o sentimento de conversão original para “salvar a vida”, o rechaço à



imposição pela força, e não pela razão, de qualquer objetivo perseguido (a obediência cega, contrária ao livre arbítrio intrínseco à criação do ser humano), até um certo sentimento de solidariedade para com indivíduos que parecem provir do mesmo lugar e com quem se encontra uma vinculação inexplicável.

Por acaso, mais que por outra coisa, penso, alguém se interessou em informar-me sobre esta Cátedra aparentemente nova, uma espécie de desaguento no oceano, que antes teve de percorrer longo caminho em forma de rio, saltando obstáculos mas ao mesmo tempo polindo rochas. Não é minha esta alegoria, não me recordo de quem ouvi dizendo-a, mas aflorou nesta exposição de modo espontâneo.

2 Comentários

Passo agora a formular alguns comentários acerca deste curso da Universidade Monteàvila, não sem antes agradecer seu convite e o de outras organizações associadas. Ouvi que somos um grupo escolhido, quiçá para uma prova, e ali pretendo situar-me para fazer as observações que em seguida se hão de formular, com o deliberado propósito de compensar com gratidão pelo convite e contribuir de maneira consistente ao melhor desenvolvimento da Cátedra em um futuro.

2.2 Pensamento judeu

Aparentemente, fica claro que o pensamento judeu se concentra sobre a origem de sua própria etnia, raça, tribo – segundo o tempo de que se trata. A razão de ser é determinante de seu pensamento. Deus criou este povo “à sua imagem e semelhança” e o distinguiu ao escolhê-lo como “seu povo”, “o povo de Deus”, fazendo abstração de que existissem nos tempos do Gênesis outros povos nos mesmos territórios dos rios Eufrates e Tigre e suas conhecidas adjacências. De maneira que o pensamento judeu não pode ser outro senão o “*Eu sou o que sou*”, para usar uma frase do seu Criador e em atenção à imagem e semelhança dEle.

Como temos entendido, esses axiomas, muitos outros também, devem ser aceitos pela fé, uma convicção de que “assim sucedeu e assim foram as coisas”, como está estabelecido nos primeiros nove livros da Torá, o que foi entregue ao povo e recebido por este através de seus pais fundadores, entre os quais Abraão, a quem Deus falou e disse o que fazer



e como agir. De todas as formas, assim como começa um povo nasce a pergunta, a interpretação, o entendimento daquilo que sucedeu e como os homens, com sua própria capacidade – dom que lhes foi outorgado, como a alma, a própria vida – e a longa história do estudo interminável acerca da cada palavra, de “o quê quis dizer” e como devemos seguir um mandamento, tudo o que submerge através de cinco milênios aos sacerdotes, aos mestres chamados rabinos, em uma discussão na busca da exata e mais correta interpretação, não sempre em acordo entre eles porque, em fim de contas, são homens com pensamento judeu, sim, porém livres para argumentar, contrastar e ordenar.

Bastariam os cinco livros de Moisés (o libertador dos judeus da escravidão egípcia por 430 anos) conhecidos como “Pentateuco” (palavra grega indicando “cinco estojos”) para gerar suficientes perguntas-respostas-novas interrogações, se é que alguém se atreve a cruzar a fronteira de que o recebido (a Torá) não admite discussão.

Em apertadíssimo resumo, o “pensamento judeu” é o que se contém basicamente em: **Gênesis/Êxodo/Levítico/Números/Deuteronômio/Josué e Juízes/Samuel 1 e 2**. Sem descartar, obviamente, todos os outros livros que compõem o chamado “**Antigo Testamento**” na Bíblia e que têm significação na história e permanência deste povo genericamente conhecido como “judeu”.

2.3 A evolução histórica

Queremos aqui, antes de tudo, destacar que no ano 2012 da Era Comum (ou depois de Cristo, um judeu muito singular, por certo), o pensamento judeu caminha pelo ano 5772. É fácil pensar o que pode ter ocorrido em todo esse tempo. A Bíblia é a melhor recomendação para sabê-lo e, mais perto dos séculos XII a XX, existe uma muito completa bibliografia – histórica, sociológica, econômica, social, política, migratória, financeira, científica e tecnológica, literária e bélica (e talvez outras áreas que escapam a essa intenção), – que descreve minuciosamente o que ocorreu, o que sucedeu ao povo judeu. Independentemente de êxitos e fracassos, de uma contínua diáspora, de lutas e sacrifícios, de disfarces para salvar a vida (como lhes foi permitido fazer porque ninguém pode dispor de algo que nos foi outorgado, como a vida), de conversões obrigadas por mandatos reais, de idas e vindas intermináveis, de ocupar-se dos mais “vis” ofícios mas ao mesmo tempo dos mais engrandecidos da economia e/ou do governo dos povos, o que desejamos destacar é que,



em todo esse tempo, o pensamento judeu não se modificou em absoluto em relação às suas primogênicas normas de conduta, seus costumes e tradições, abertamente, ou no abrigo de um gueto, na clandestinidade. Deveríamos falar, então, mais que de evolução histórica, de permanência através dos séculos.

Como dizia aquele defensor da criação do Estado de Israel perante a Organização das Nações Unidas em 1948, todos esses povos assinalados na Bíblia, ao lado ou vizinhos dos judeus, não mais existem. O pensamento judeu persistiu e persiste no tempo, o que não quer dizer que todos os “eleitos” se comportem sem mácula. Os princípios são únicos. Apesar de serem únicos os homens, também é certo que são os únicos que se dão duas vezes o golpe com a mesma pedra, como se diz daqueles que, mesmo advertidos, continuam desvairando, prejudicando-se a si mesmos.

Há, certamente, outro tipo de evolução que já se insinuou antes, quando anotávamos que, através desses milênios, se passou da organização tribal à sociedade étnica moderna e ao mesmo tempo a Estado integral e soberano em territórios que lhe foram prometidos por Deus mas que geraram naquela Terra muitas contendas políticas e bélicas. Esse é um capítulo que também se aborda mais adiante nestes comentários.

2.4 Religião ou modo de ser

O ser de uma maneira, com exceção de Deus (“*Eu sou quem sou*”, “*Eu sou a Palavra*”), vem determinado por lugar de nascimento, crescimento, costumes, tradições, compromissos sociais, normas civis e sociais, educação, assim como por cargas genéticas inerentes à essência biológica. A religião é também determinante, especialmente quando ela estabelece em quê crer mais além da existência terrena, como comportar-se para consigo mesmo e em relação aos outros, individual e coletivamente, que mandamentos seguir, a quem obedecer (leia-se, ao BEM ou ao MAL). Creio que todas as religiões monoteístas fazem ênfase na existência de um só Deus, como a mesma palavra o indica; e num conjunto de regras para aceitar o inexplicável sem questionamentos (apesar de que em muitas mentes eruditas ou primitivas as perguntas sejam inevitáveis, uma exigência da razão), a seguir os ensinamentos ministrados pelos mestres (para o caso de que tratamos, rabinos, sacerdotes, imanes), desde a entrega total a um comando superior, acima de nossas próprias



forças, como até a prática da limpeza como fator purificante na escolha e ingestão de alimentos.

Por isso, resulta curioso que alguns opinem (dentro do curso destas aulas que estamos seguindo em Monteàvila), que o pensamento judeu é mais “uma forma de ser” que uma “religião”. Fica claro, ao menos para mim, que não há diferenças entre um ou outro termo. “Na atualidade, o povo se denomina judeu, sua religião judaísmo, sua língua o hebraico, e sua terra Israel! Quando falamos – ou escrevemos – às vezes a utilização de vocábulos na rapidez de uma ou outra ação nos faz cair em erros ou gerar interpretações que não vêm ao caso. Para fechar esta questão, digamos que o judaísmo é uma religião e que o judeu (que professa ou segue essa religião) tem um modo de ser descrito e estabelecido pelo judaísmo.

2.5 Fidelidade a quem?

Quisera dar uma opinião acerca da discussão do que fazer em caso de guerra, quando, sendo de uma religião, se apresenta a situação de estar com a nacionalidade ou com a religião que me obriga ao reconhecimento de um Estado distinto. O tema foi objeto de revisão a partir de um exemplo dado de judeus na assembleia irânica e um possível conflito bélico com o Estado de Israel. A situação contemporânea e a partir do século XVIII, introduziu esse novo elemento na complexidade dos que, professando uma religião, nascem em um país onde se professa em maioria outra religião distinta, porém exercvem cargos públicos na igualdade de direitos com os que, mesmo sendo de outra religião, são constitucionalmente nacionais. Conflito comum a turcos muçulmanos nascidos na Alemanha, a católicos romanos nascidos nos Estados Unidos, a judeus nascidos na Inglaterra. Conflito pessoal, diríamos, se na mente de cada um deles não se tomou a decisão de ser nacionais e renunciar a crenças, ou como no passado, ser nacionais conservando na intimidade a religião que se professe (caso típico dos “marranos” na Espanha dos Reis católicos Fernando e Isabel). Deu-se o caso em diferentes ocasiões bélicas, quando judeus foram soldados franceses, ingleses e norte-americanos, obedecendo a seu mandato constitucional de nascença, sem deixar de ler a Torá como apoio religioso. No caso da Venezuela, judeus tomaram parte como investidores e militares na Guerra de Independência contra a Espanha, sendo ou não nacionais do país.

¹ Veja-se *O ser judeu*, de Rabi Hayim Halevy DONIN, NY 1972.



Parece-me mais um assunto individual que político. Se nasceste e cresceste num lugar determinado, se tua educação e aprendizado é dali, muito provavelmente teus sentimentos te atam ao destino certo ou incerto desse território. Problema há, por exemplo, em pleno século XXI, quando o estabelecimento de indivíduos de outras religiões, sua imigração, tem acontecido puramente por necessidade e não por convicção. São notáveis os casos de muçulmanos na Europa e na Austrália e no Canadá, onde pesa mais a religião e sua exigência e não há integração societária, tudo o que levou os governos (Austrália, Canadá, Suíça) a recordar o que demanda a seus cidadãos cada Constituição ou retirar-se por estar em desacordo. Na França o uso do véu, na Espanha a utilização de crucificados nas paredes das escolas, nos Estados Unidos a separação do conceito divino dos estabelecimentos de ensino, a que alguns atribuem as matanças indiscriminadas por falta de consistência moral.

Creio que o judeu está em vantagem frente a outras nacionalidades na hora de conflitos porque sua exposição a tantas experiências ao longo de sua existência os torna flexíveis para permanecer fiéis à sua origem à margem de que devam participar a favor de uma nacionalidade, ou permanecer também fiéis frente às forças destruidoras irresistíveis romanas (Massada), espanholas e outras nações europeias (Inquisição), nazistas (Holocausto) e russas (Pogroms). Como ficou claro, para “salvar a própria vida”, que é um dom recebido sobre o qual não temos direito, até a mentira adquire valor.

3 Que queria Deus? O povo judeu

Vamos tratar de um tema bastante complexo, que guarda relação com a intenção divina, com uma abordagem a mais apegada à razão possível. Embora já saibamos que os primeiros livros da Torá são de aceitação sem questionamentos, de todos os modos aos estudiosos chama a atenção o por que haja um **Princípio** determinante da criação de um ser *à sua imagem e semelhança* que parecera referir-se **exclusivamente** a Abraão (Isaac e Jacó) e à sua semente, deixando de lado outros seres existentes na Terra criada e por conhecer-se, mesmo se se estabelece (Gênesis 11) que *“toda a terra tinha então uma só língua e as mesmas palavras”*. Sabemos que esses porquês não têm resposta. Assim foi, assim ocorreu e deste modo ensina o judaísmo (religião), a todos os que nascem em seu seio.



“Este povo, Israel, iniciou sua existência como uma família, cujas origens remontam a Abraão o Hebreu... a fé monoteísta e o ‘pacto com Deus’, estabelecido por Ele e reafirmado por seus descendentes, identificou esta família como a de aderentes a uma fé singular. A família não se arrogou direitos de exclusividade sobre esta fé, mas, ao contrário, esforçou-se por atrair novos aderentes a ela.”²

Por que o homem desobedece? (“Mas, da árvore da ciência do bem e do mal não comerás”, Gn 2,18). Por que uma serpente possui tal capacidade persuasiva, ou é a ingenuidade de Eva e de Adão? – Por que Deus olha com agrado para a oferenda de Abel e não para a de Caim, ambos, filhos de Adão e Eva, e por que Caim mata Abel? Que significa que JHWH condene Caim, depois de amaldiçoá-lo, a ser “errante e estrangeiro na terra” (Gn 4,12)?

Como Deus pôde equivocarse com a criação do ser humano? (“E viu JHWH que a maldade do homem era grande na terra, e que todo desígnio dos pensamentos do seu coração era de contínuo somente para o mal” (Gn 6,5) “E JHWH arrependeu-se de ter feito o homem na terra, e sentiu dor no seu coração” (Gn 6,6). Como ocorre que Noé “encontrou graça antes os olhos de JHWH” e como consegue evitar a total destruição do homem, para recomeçar o “crescei e multiplicai-vos e enchei a terra”? (Gn 6,8 e 9,1).

Isto é apenas uma amostra para destacar que resulta fácil pôr em dúvida (por ter comido originalmente da árvore da ciência do bem e do mal, talvez) toda a história bíblica como narrada, tanto acerca do chamado “Antigo Testamento” como do “Novo”, resenhado pelos seguidores de outro judeu excepcional como foi Jesus de Nazaré, crucificado pelos romanos em conivência com as autoridades e com a aclamação do povo de sua estirpe ao querer introduzir modificações no tema divino para terminar com a “maldade do homem”, um segundo intento também frustrado e frustrante.

Não posso saber quantos dos treze milhões de judeus que se diz existirem no mundo estão apegados a essas lições da história. Presumo que em princípio todos aceitarão o que por lei é “palavra de Deus”. Esta asseveração é válida também para os seguidores de Jesus Cristo, chamados cristãos, os quais têm em Jesus a revelação da Palavra divina e única maneira de salvação da alma para a vida eterna, como para os que também

² Halevy DONIN, *op. cit.*, p. 8.



têm em sua raiz “o livro” (em uma clara referência à Bíblia), como são os muçulmanos, embora o seu “Corão” estabeleça outros termos para a vida no planeta, diferentes dos da Torá ou dos Evangelhos.

Novamente citamos em conclusão o rabino Halevy Donin: “Este sentimento de pertença que se manifesta no povo judeu é mais uma experiência ‘mística’ que um fenômeno racional”³. Os judeus, acrescenta, não são uma raça (conceito biológico), não são uma religião ou nação (apesar das definições aceitas e coincidentes), senão um povo, simplesmente o povo judeu. Em palavras de JHWH a Moisés: “*E vós sereis para mim um reino de sacerdotes e uma nação santa*” (Ex 19,6).

4 A defesa da propriedade

Como se trata de um “pequeno ensaio” a ser avaliado, sobretudo para verificar se se entendeu ou não a matéria do curso, tratarei nesta parte quase final, resumidamente, o tema da defesa da propriedade, como gostaria de definir o esforço mantido por séculos pelo povo judeu para recuperar o que lhe foi geograficamente, territorialmente, concedido por Deus para seu assentamento. A fundação política do Estado de Israel, ocorrida na Organização das Nações Unidas em 1948, terminou teoricamente com a reivindicação de “o que me pertence”, pelo fato de que ainda há conflitos por resolver politicamente embora na prática comum parece que também por séculos se tenha vivido uma situação definida pela convivência pacífica das três religiões monoteístas no território chamado Palestina, indistintamente seguidas por judeus, árabes, cristãos de muitas partes do globo, residentes ou transeuntes.

Como o percebo, então, trata-se de um esforço paralelo ao realizado pela liberdade plena, embora sujeita às normas divinas (Torá e toda a interpretação e regulamentação consequentes), a que foi levada a cabo pelo povo judeu desde que saiu de sua terra, obrigado pela carência de alimentos suficientes (o quase meio século de permanência no Egito) ou pelas guerras e ocupações de diversos povos, entre eles antigamente os romanos e, posteriormente, em tempos mais próximos, Inglaterra, esse esforço, repito, de “defesa da propriedade”.

A diáspora do povo judeu foi uma consequência da obrigação que teve de emigrar de seu hábitat original por causa dos ataques dos povos

³ *Op. cit.*, p. 9.



vizinhos, cominada por um imperativo econômico-comercial, como é o caso da compra e venda de matérias primas e elaboradas ao longo de toda a concha do Mediterrâneo, o comércio de especiarias, de bens elaborados e utilitários, de valiosos minerais, conjuntamente com outros povos ou independentemente. O território ibérico (a Espanha judia), que chamaram de Sefarad, também foi parte do mandamento bíblico, feito realidade, do crescimento, multiplicação e povoamento do mundo. Seu reclamo pela “Terra Prometida”, a meu modo de ver, tem sido, e continua sendo, a maior “defesa de propriedade” que se tenha exercido tão consistentemente.

5 Observações conclusivas

Como estabelecemos no princípio desta modesta contribuição, resulta abundante, complexo, exigente de muito estudo e análise, o pensamento judeu e tudo o que rodeia o povo que vive sob seus postulados⁴. Dos quase seis mil anos de existência que tem esse povo, obviamente não pode ser de outra maneira. Há constantes através desses séculos – o que constitui certamente a essência que os mantém coesos e que está bem descrita nos livros sagrados. Há variáveis, que as múltiplas experiências desse povo através dos tempos em diversas regiões do planeta. Uma constante negativa, de parte dos que foram seus adversários, tem sido a violação dos direitos humanos de sua própria existência, com a pretensão de seu extermínio parcial ou a “solução final” levada a cabo pelo nazismo e que, no prazo de um quinquênio – cinco anos mais ou menos – produziu a SHOÁ, o aniquilamento de milhões de judeus de nacionalidade alemã, polaca, austríaca, tchecoslovaca, húngara, russa, francesa, italiana, holandesa, belga, e de muitas outras nacionalidades europeias, “gueteadas”, concentradas, exterminadas finalmente pela demência coletivizada em sua mais acentuada expressão, um “cataclismo: inesperado e destrutivo”.

Citemos, para encerrar, as palavras de Isaac Cohen Anidjar, em sua apresentação sobre um “Anteprojeto para uma Cátedra de Pensamento Judeu” na Universidade Monteàvila de Caracas, Venezuela: “De minha parte, limito-me a informar-lhes que a leitura do TALMUD, de maneira

⁴ Ver, nesta Revista (“Encontros Teológicos” n. 20, 1996/1, pp. 37-45), o artigo de PE-REIRA, N.B., “A espiritualidade judaica”. Também, neste número, a recensão da obra de KÜNG, H., *El Judaísmo. Pasado, Presente y Futuro*. Madrid, Ed. Trotta, 2006, 5a ed., por ACQUAROLI, A.R.C.



sistemática e ordenada, estudando e discutindo com profundidade um trecho diário requer ao menos sete anos; e que estudar a TORÁ é para o judeu uma obrigação para todos os dias de sua vida; e que as dúvidas e controvérsias existenciais que propõem, por exemplo, o livro de JÓ e o ECLESIASTES, duvido muito que possam ser resolvidas, nem sequer parcialmente, no breve lapso que toca ao ser humano transitar por este mundo”.

Caracas, junho de 2012.

E-mail do Autor:

luismorenogomez@gmail.com